

Resenha

SIQUEIRA, Sônia. O momento da Inquisição.

João Pessoa: Editora Universitária, 2013, 706 p.
Coleção Videlicet.

Wallas Jefferson de Lima*

Fruto de doutoramento defendido na Universidade de São Paulo em 1968, *O momento da Inquisição* tornou-se um clássico incontestado nos estudos históricos. A obra foi redigida no contexto do *boom* da História Cultural, abordagem interdisciplinar que conquistou vários adeptos no Brasil naquele período. Sônia Siqueira transformou-se numa das grandes vanguardistas dos estudos inquisitoriais no Brasil, ao lado de Anita Novinsky, Ronaldo Vainfas e Luiz Mott, construindo uma das mais consistentes análises dos processos inquisitoriais, desmitificando muitas ideias estereotipadas do Santo Ofício. A leitura de sua obra transporta o leitor para o período no qual ele se desenvolveu, evidenciando de que maneira a ação inquisitorial foi ritmada pelas cadências da cultura vigente.

A obra apresenta, ao longo de suas páginas, a compreensão de fenômenos próprios ao universo mental dos apoiadores do Tribunal do Santo Ofício, buscando entender não somente as práticas e representações sociais a eles inerentes, como a própria realidade em que se inseria. *O momento da Inquisição* traça, ainda, um panorama geral da sociedade lusitana dos séculos XVI ao XVII, período em que o Tribunal surgiu e se fortaleceu em Portugal. Mas, vai além: com uma reflexão plural, de ordem historiográfica e metodológica, estuda de maneira profunda a estrutura e os mecanismos próprios que regulavam as atividades do Santo Ofício.

* Graduação em História pela Universidade Potiguar (UnP) e especialização em História do Brasil pela mesma universidade. E mestrando no Programa de Pós-Graduação: História e Regiões da Universidade Estadual do Centro-Oeste, Paraná (Unicentro). *E-mail:* wallasjefferson@hotmail.com

Não sem razão, a Inquisição Portuguesa constitui um dos temas que mais gerou debates acalorados na área da História. A própria palavra *Inquisição* continua mergulhada em sua ambiguidade. Muitos historiadores, por exemplo, insistem em realizar análises anacrônicas acerca do Santo Ofício, interpretando suas ações à luz de conceitos da atualidade. Pode-se daí inferir que foi a própria História, que muitas vezes, fortaleceu a “lenda negra” do Tribunal. Os argumentos de Sônia Siqueira situam-se na contramão das ideias dominantes entre os historiadores portugueses e brasileiros, dado o fato de que longe de posicionar-se como juíza da história, ela optou por “inserir o Santo Ofício no contexto cultural do tempo de sua vigência”. (p.16). Não considerar as maneiras como essa poderosa instituição se relacionava com a cultura, os grupos sociais e as mais variadas instâncias de poder é, segundo a autora, não entender suas complexas dinâmicas internas. O livro denuncia que, mais do que qualquer coisa, o que se exige do historiador é estudar o Tribunal em sua realidade histórica própria. Com isso, a autora consegue explicitar, de forma nítida e precisa, a dimensão social das questões relativas à Inquisição, no interior da sociedade lusitana. Dividido em quatro partes, *O momento da Inquisição* possui temas esquematicamente dispostos, que assinalam temporalidades variáveis e contribuem para um melhor entendimento dessa realidade social.

Na primeira parte, *O processo do estabelecimento do Santo Ofício*, a autora aborda a forte influência exercida pela Igreja na sociedade portuguesa ao longo dos séculos XVI ao XVII. Nesse período, apesar dos avanços científicos e tecnológicos da Idade Moderna, a força da tradição e dos costumes católicos ainda imperava em Portugal. A religião continuava a ter uma grande influência sobre os homens, e o Deus cristão era tido como o *primum movens*. (p. 43). Assim, “devagar laicizava-se o Estado Português” (p. 46), o que pode ser exemplificado pelo fato de o soberano se firmar em seu trono à sombra da própria Igreja.

Sônia Siqueira também aborda a cultura portuguesa nos seus mais variados aspectos. Destaca o zelo ibérico pela fé católica e as influências exercidas pelo Barroco, pelo misticismo religioso, pelo profetismo sebastianista e pelo filosofismo tomista da sociedade coetânea. Apesar disso, explica que, no século XVI, a Igreja de Roma passou a sofrer duras críticas, gerando em seu meio profundas abluções e crises às vésperas do Concílio de Trento. Crescia nesse período o sentimento de individualismo e anticlericalismo. “Reinava a insatisfação” em relação à

religiosidade católica (p. 104). Foi exatamente nesse momento que estourou o movimento da Reforma Religiosa, dividindo a Igreja. O avanço do Islã trazia também novas preocupações. O judaísmo florescia calcado na fidelidade aos seus mandamentos. De quebra, também pululavam as heresias e as práticas de feitiçaria, tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais do Reino Português. Abordados de maneira global e histórica, todos esses eventos ajudaram a explicar o contexto específico que fez brotar, no meio social português, o desejo pela instauração de um Tribunal político-religioso, que perseguisse tais dissidências, que ameaçavam a integridade da ortodoxia católica. D. João III (1502-1557), caracterizado ao longo da obra como um defensor rigoroso da ortodoxia católica, respondeu aos desafios de seu tempo, solicitando autorização papal para a instalação do Tribunal Inquisitorial em seu território. Obteve o rei a autorização de Clemente VII por meio da Bula *Cum ad nihil magis* (1536), fixando cada vez mais “as relações Estado-Igreja” (p. 124) e fundindo os interesses do trono com os de sua fé católica. Dessa forma, a Inquisição, que muitas vezes está associada apenas ao poder religioso, aparece na obra de Sônia Siqueira como uma instituição ligada, antes de tudo, ao poder régio.

Esses episódios animaram a reflexão desenvolvida pela autora acerca dos argumentos que buscaram justificar a criação do Santo Ofício, presentes na segunda parte da obra, *Estruturas do Santo Ofício*. Por meio de uma análise consistente das Bulas Papais (p. 205), dos Regimentos Inquisitoriais (p. 216) e dos Privilégios feitos ao Santo Ofício (p. 236), a autora explicita de que forma se ampliou progressivamente a burocracia regimental da Inquisição. Também estão enfeixadas nessa segunda parte as análises acerca da organicidade das estruturas administrativas do Santo Ofício. Os órgãos administrativos da Inquisição Portuguesa, exemplificados nas decisões do Conselho Geral (p. 263) e dos Tribunais (p. 276), exibem de forma clara as categorias de pensamento e a ação repressiva dos seus mais diversos atores. Explica, com isso, as diferentes atribuições dos indivíduos que ingressavam nos quadros inquisitoriais como os Deputados (p. 322), os Notários (p. 332), os Solicitadores (p. 337), os Meirinhos (p. 339), os Promotores (p. 341), os Procuradores e os Alcaldes (p. 345), dentre outros. Estudando todas as leis de sustentação do Santo Ofício, a obra também analisa de maneira sistemática o funcionamento interno da instituição, sempre facilitado pela mediação teórico-metodológica instituída pela própria autora.

O procedimento do Santo Ofício constitui a terceira parte do livro e põe em evidência o conjunto de atos e formas prestabelecidas que o Tribunal seguia, ao processar os que caíam em suas malhas. As análises cobrem quase todos os rituais processuais do Santo Ofício – da abertura dos processos à condenação do réu. A autora realça a ideia de que os processos inquisitoriais, além de estipulados na forma da lei, possuíam uma jurisprudência e práxis específicas. Todas as etapas do processo (confissão, prisão, interrogatório, libelo, prova testemunhal, *contraditas*, tormento, despacho, sentença e penas) “visavam à descoberta e repressão da heresia” (p. 470) e sempre traziam em seu bojo a aparente preocupação com a misericórdia e a reintegração da alma desviada. Essa análise dos modos de proceder da Inquisição permitiu que a pesquisadora obtivesse um claro discernimento das clivagens político-religiosas do Santo Ofício, além de uma compreensão das lógicas próprias que o regiam, evitando, com isso, fundamentar a pesquisa em puros juízos de valor. Essa parte tem o mérito de colocar, no centro do seu propósito, os mecanismos de evolução da atuação do Tribunal.

Por fim, a autora arremata o livro com suas *Conclusões*. No sutil entrelaçamento de seus temas, que evocam particularidades de universos às vezes antagônicos, a obra termina com uma discussão acerca do significado histórico do Santo Ofício Português. Explica que, apesar do Tribunal Inquisitorial Moderno ter preservado seus “resíduos medievais” (p. 679), é fato que a iniciativa de criá-lo e mantê-lo foi uma atitude consciente e planejada dos reis católicos, com o apoio das massas.

Ao fim e ao cabo surgem, ao longo da obra, diversos elementos que comprovam a articulação dos aspectos políticos com os religiosos, convergindo para uma vigilância das consciências e dos sentimentos, bem como das ideias e dos comportamentos humanos. Escusado será dizer que a obra não busca propor *uma* definição da Inquisição. Na verdade, a diversidade de abordagens constitui um dos trunfos fundamentais do livro. O conjunto dessa empreitada epistolar constitui uma extraordinária reflexão a respeito da Inquisição e dos seus modos de atuação. Oferece uma variada base de conhecimentos, fundada tanto em pesquisas empíricas quanto em documentos e interpretações históricas. Os historiadores precisam reler este livro conciso e pleno de conhecimentos, para entenderem não somente o discurso institucional do Santo Ofício, mas também a própria cultura cristã expressa nos seus manuais e regimentos. Acossada pelo dilema de “julgar ou compreender” a Inquisição, Sônia Siqueira não hesitou em preferir o último.